

Por que não existem pequenas orações em posição de adjunto?*

Lucia Lobato

Universidade de Brasília

0 Introdução

Na tipologia considerada por Stowell (1987), existem dois tipos de pequenas orações: (i) pequenas orações complemento (como em “Considero [João competente]”) e (ii) pequenas orações adjunto, (como em “Comi a carne [PRO crua]”). Levando em conta a recente análise de Kato (1989), diríamos que a esses dois tipos acrescem-se ainda (iii) as pequenas orações absolutivas (como em “Lindo o seu vestido”).

O objetivo desta comunicação será examinar estritamente as pequenas orações adjunto e mostrar que nessas orações o adjetivo não constitui uma pequena oração. Mais especificamente, procurarei mostrar que nessas construções o adjetivo é gerado em adjunção na base, sem que constitua uma pequena oração. A argumentação vai se limitar às construções em que o adjunto é um adjetivo, para facilitar a exposição, mas estende-se igualmente às ocorrências de outros constituintes sintagmáticos na posição de adjunto.

Na verdade, é banal considerar-se que os adjetivos são modificadores do nome e funcionam como adjuntos. Assim, um adjetivo pós-nominal como o adjetivo *verde*, em “Eu comprei um vestido verde”, ou um adjetivo pré-nominal como o adjetivo *linda*, em “Ela é uma linda menina”, são corriqueiramente analisados como adjuntos modificadores do substantivo. Para o inglês, dá-se o mesmo para os adjetivos pré-nominais, como *green* em “I bought a green dress”, que têm sido analisados como adjuntos, e somente adjuntos. No entanto, em exemplos como (1) e (2), os adjetivos *zangado* e *crua* do português, e os adjetivos *angry* e *raw* do inglês têm sido analisados, pelos proponentes da estrutura de pequena oração, como predicados dentro de uma pequena oração adjunto, com PRO como seu sujeito:

*Nota das editoras: Este trabalho foi originalmente apresentado por Lobato na V Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Linguística (Anpoll), em julho de 1990, em Recife.

- (1) a. João deixou o quarto [PRO zangado].
b. João comeu a carne [PRO crua].
- (2) a. John left the room [PRO angry].
b. John ate the meat [PRO raw].

Dada a ocorrência de adjetivos adjuntos em posição pós-nominal em português, haveria ambiguidade entre a estrutura com pequena oração e a estrutura com o adjetivo em adjunção mas sem estrutura de pequena oração, para sequências com adjetivo pós-nominal. Isso quer dizer que em “Eu comi a carne crua” na verdade haveria duas leituras possíveis. Uma delas corresponderia à sequência “I ate the meat raw” do inglês, e a outra à sequência “I ate the raw meat”.

Na análise que proporei, todas essas ocorrências de adjetivos, sejam pré- ou pós-nominais, serão consideradas adjuntos, sem que criem um domínio de predicação sujeito-predicado. Mais claramente, estou considerando que não há estruturas de pequena oração para adjetivos pós-nominais, e que em todas as suas ocorrências esses adjetivos se projetam simplesmente em uma SA sem sujeito vazio, em adjunção a uma dada projeção máxima.

A argumentação se estruturará como a seguir. Na seção 1, mostrarei que é possível explicar a ocorrência dos adjetivos pós-nominais do inglês e do português estritamente em termos de estruturas de adjunção, sem apelo a uma estrutura de pequena oração, desde que se aceite a hipótese do Sintagma Determinante (SD). Na seção 2, argumentarei que as estruturas de adjunção expressando predicação são independentemente exigidas. Na seção 3, indicarei as várias desvantagens da análise desses adjetivos em termos de pequena oração. Finalmente, na seção 4 apresentarei evidências empíricas a favor de uma estrutura de adjunção para análise desses adjetivos.

1 Estrutura de adjunção de SA

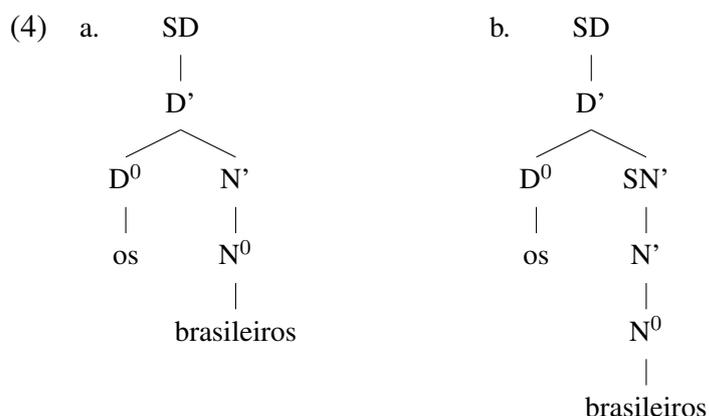
Nesta seção, mostrarei que é possível explicar (1)-(2) por meio de estruturas básicas de adjunção, sem ocorrência de pequena oração. Isso será feito por meio da análise dos exemplos em (3), que também contêm adjetivos pós-nominais, do mesmo modo que as estruturas tratadas como pequenas orações adjunto:

- (3) a. Os brasileiros industriais vencerão a crise.
b. Os brasileiros, industriais, vencerão a crise.

O exemplo (3a) tem uma interpretação restritiva: significa que somente os brasileiros industriais vencerão a crise. O exemplo (3b) tem uma interpretação não-restritiva: significa que todos os brasileiros são industriais e que todos eles vencerão a crise. Essa diferença é

diretamente relacionada com o escopo do adjetivo e do artigo, e pode ser automaticamente explicada se se aceita a hipótese do SD (=sintagma determinante). Essa hipótese consiste em se considerar que os determinantes também têm sua projeção própria, do mesmo modo que os nomes. Isso significa que em *os brasileiros* tem-se um SD, e não somente um SN.

Há mais de uma versão da hipótese do SD. Numa delas, adotada por exemplo por Fukui (1986), só as categorias funcionais têm uma projeção máxima. Isso quer dizer que, em *os brasileiros*, *brasileiros* não é um SN. A estrutura dessa sequência seria como em (4a). Numa outra versão, adotada por Abney (1986) e Stowell (1987), tanto as categorias lexicais quanto as funcionais têm projeções máximas, de modo que a estrutura dessa sequência seria como em (4b):



Existem argumentos, de nível teórico e empírico, a favor de (4b). O argumento teórico liga-se ao princípio da Endocentricidade, que integra a teoria X-barra. É claro que quem adota aquela primeira versão terá problemas com esse princípio. Como é sabido, esse princípio tem o fim de assegurar que, para cada sintagma, esse sintagma e o seu núcleo compartilham a mesma categoria, de modo a evitar, por exemplo, que se gere um SV com um núcleo N como núcleo. O problema com (4a) é que tem dois núcleos para um só sintagma. Portanto, considerando-se que não se teria interesse em se suprimir esse princípio da teoria, os adeptos dessa versão da hipótese do SD teriam de arcar com o ônus de modificá-lo, e, evidentemente, de modo não-arbitrário. É claro que, com a versão em (4b) da hipótese do SD, esse problema não existe, e pode-se manter a generalidade do princípio da Endocentricidade. Quanto ao argumento empírico a favor da postulação de (4b), será apontado na seção 4. Vou portanto adotar a versão da hipótese do SD em que um SN ocupa a posição de complemento funcional de D⁰.

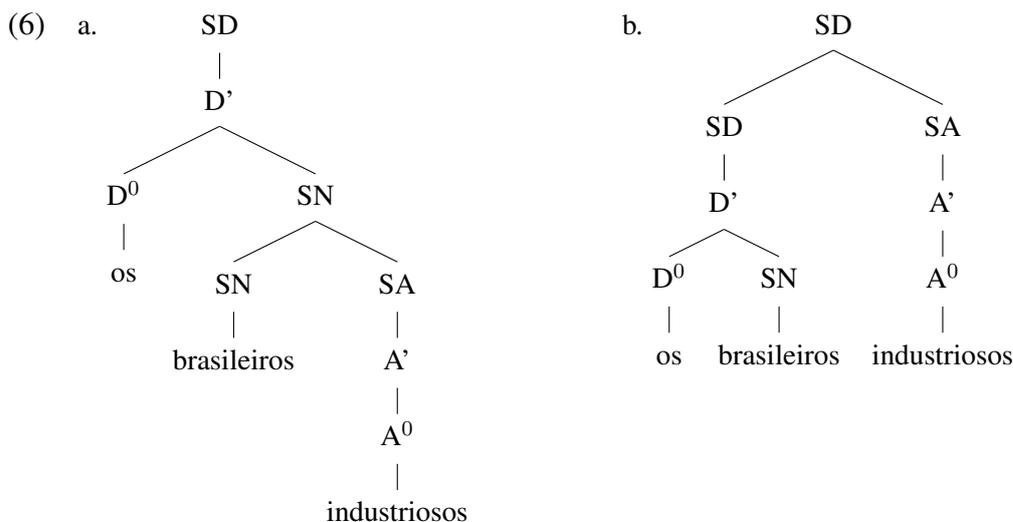
Voltemos agora aos exemplos (3). Em (3b), todo o SD *os brasileiros* está dentro do escopo de *industriosos*, de modo que a propriedade de serem *industriosos* se refere ao conjunto total de brasileiros. Em (3a), somente o SN *brasileiros* está dentro do escopo de *industriosos*, de modo que essa propriedade restringe o conjunto total de brasileiros ao subconjunto que tem

também a propriedade de serem industriosos. Por sua vez, o SN *brasileiros industriosos* está dentro do escopo do artigo *os*, e então todo o SD denota o subconjunto total de brasileiros que são industriosos.

Aceitando que os adjetivos em (3) são adjuntos, e aceitando-se que a distinção entre adjunto/complemento é expressa estruturalmente e que os adjuntos ocorrem em estruturas de adjunção, esses adjetivos têm de estar em posição de adjunção. Pressupondo, com Chomsky (1986), que as projeções máximas só podem ocorrer em adjunção a projeções máximas, (5a,b) são as únicas estruturas de adjunção possíveis para uma projeção máxima, em termos da teoria X-barra. Pressupondo que todo complemento é uma projeção máxima c-comandada pelo núcleo X^0 que ele complementa e imediatamente dominado pela projeção X' de X^0 , (5c,d) serão as únicas estruturas possíveis em termos da teoria X-barra. Como é sabido, considerações sobre Caso limitam a escolha em (5c,d), e cada língua escolherá ou (5c) ou (5d). O inglês e o português escolhem (5c).



Pressupondo que os SAs em (3) estão em posição de adjunção, e considerando que o SA tem de estar dentro do escopo de *os* em (3a) e fora desse escopo em (3b), as sequências em (3a,b) receberão as seguintes estruturas, respectivamente:



Em ambas essas estruturas, o SA está numa posição de adjunção — em adjunção ao SN em (6a), e em adjunção a todo o SD em (6b) —, e a predicação é captada, mas não em termos da relação sujeito-predicado, como se quer na análise sob a forma de pequena oração.

Em resumo, há uma maneira automática de se explicarem os exemplos em (3) numa perspectiva de adjunção, se se aceita a hipótese do SD. Logo, não há necessidade de uma análise em termos de pequena oração para esses exemplos.

Observe-se que a distinção entre uma leitura restritiva e uma não-restritiva em (3) é a mesma distinção entre uma leitura restritiva e outra não restritiva para as orações relativas, e que essa última distinção pode também ser automaticamente explicada em termos de adjunção a SN (para as orações relativas restritivas [os [SN [SN livros] [SC que eu escrevi]]) e adjunção a um SD (para uma oração não-restritiva: [SD [SD os livros] [SC que eu escrevi]), quando se refere a um SD (Cf. §4.4 para maiores detalhes). Mas não há uma relação necessária entre interpretação restritiva e SN, e interpretação não-restritiva e SD. A relação ocorre mais precisamente entre interpretação restritiva e projeção máxima no interior de outra projeção máxima de um lado, e interpretação não-restritiva e maior projeção máxima de outro. Isso fica claro em exemplos em que só se tem um SN, como pronomes e os nomes próprios usados sem artigo: nesse caso é evidente que só se pode ter adjunção ao SN, não havendo possibilidade de se ter outro nível de adjunção, e o resultado é sempre uma leitura não-restritiva.

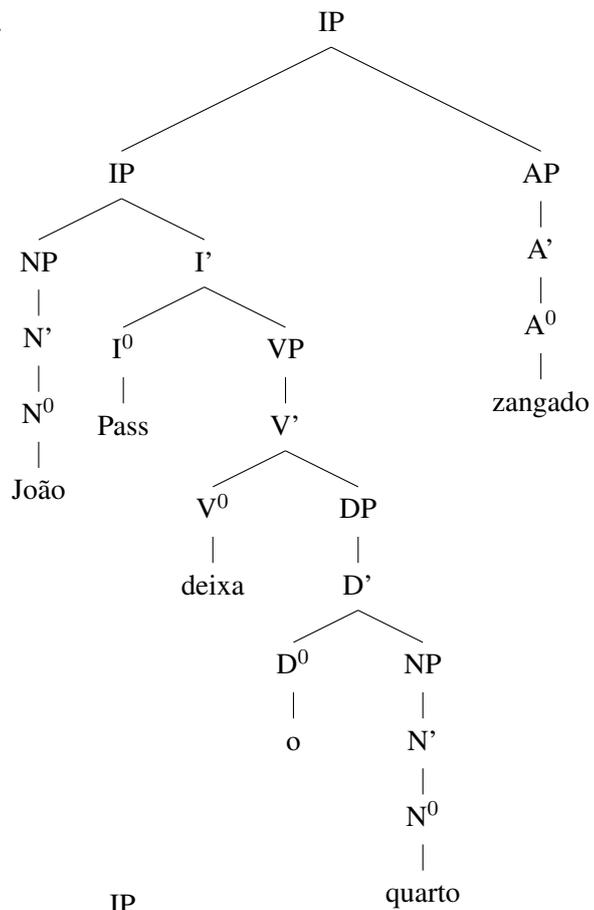
- (7) a. Nós, que fizemos isso, assumiremos nossa responsabilidade.
 b. *Nós que fizemos isso assumiremos nossa responsabilidade.
- (8) a. João, que eu adoro, me deu essa rosa de presente.
 b. *João que eu adoro me deu essa rosa de presente.

Desde que se passe a ter o SD, a interpretação restritiva passa a ser possível:

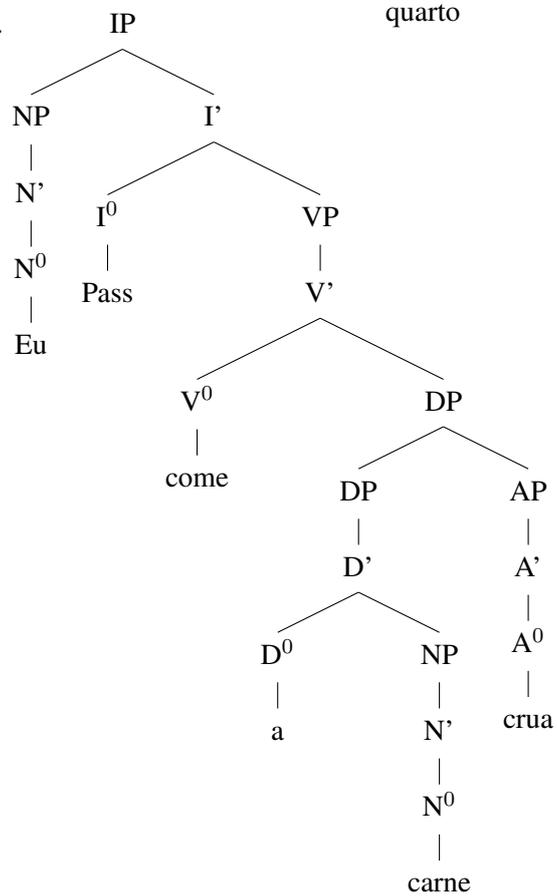
- (9) O João que eu admiro não é esse.

Estamos agora então em condições de atribuir uma estrutura a (1)-(2). Consideremos (1). Em (1a), *zangado* se relaciona com *João*. Logo, tem de estar em adjunção a todo o SF, de modo que reja o Espec do SF (para fins de atribuição de papel- θ). Em (1b), *crua* se relaciona com todo o SD. Logo, tem de estar em adjunção a todo o SD.

(10) a.



b.



2 Necessidade de estrutura de adjunção para expressar predicação

Existem evidências de que é necessário que uma proposição seja, pelo menos em certos casos, expressa por meio de uma estrutura de adjunção. Isso acontece, por exemplo, com *considerar* (que é um verbo que seleciona uma proposição) quando ocorre com dois SDs reversíveis como seu complemento, como em (11):

(11) João não considera a estrela da manhã a estrela da tarde.

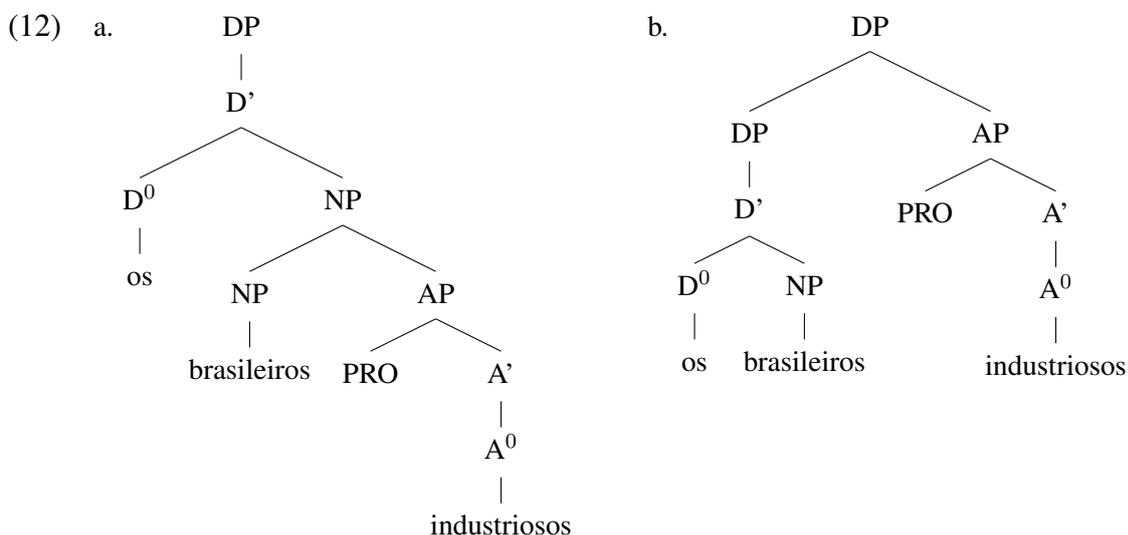
Isso se dá porque nesse caso os dois SDs não constituem uma relação sujeito-predicado. Em consequência, não têm uma estrutura de pequena oração e só resta portanto uma estrutura de adjunção. Note-se que mesmo os adeptos da estrutura de pequena oração estão de acordo sobre a não adequação de tal estrutura para exemplos como (11). Para esse fim, cf. Stowell (1987).

Portanto, as estruturas de adjunção expressando predicação são independentemente exigidas.

3 Desvantagens da análise desses adjetivos em termos de pequena oração

Qual seria a explicação de (3) numa proposta com uso de estruturas de pequena oração?

Como primeira hipótese, imaginemos que se mantivesse para a interpretação restritiva, que é a estrutura analisada como não sendo de pequena oração, a estrutura em (6a), o que considero muito plausível. Para a interpretação não-restritiva, que é a tratada como estrutura de pequena oração, restariam então duas possibilidades: ou a pequena oração estaria em adjunção ao SN (como em (12a)), ou ao SD (como em (12b)):



Evidentemente, dentre as duas estruturas, a adequada seria a que fornecesse a leitura apropriada; i.e., a leitura não-restritiva, em que PRO estaria ligado a *os brasileiros*, e não somente *brasileiros*. Considerando que PRO precisaria estar ligado em certa categoria mínima de regência, e que essa categoria, dentro de um SD, seria o primeiro nóculo SN ou SD que domina PRO e o seu regente e que contém um possível antecedente para PRO, em (12a) PRO estaria coindexado com *brasileiros*, porque esse primeiro nóculo seria o SN e dentro desse SN o candidato a antecedente de PRO seria *brasileiros*. Portanto, (12a) não forneceria o resultado desejado. Mas em (12b) a categoria de regência do PRO seria o SD, e portanto, o antecedente de PRO seria *os brasileiros*, e não simplesmente *brasileiros*. Portanto, (12b) forneceria o resultado desejado. Em resumo, numa perspectiva com uso de estrutura de pequena oração, a diferença entre (3a) e (3b) poderia ser captada em termos das estruturas (6a) e (12b), respectivamente.

Uma segunda hipótese seria atribuir a (3a) e (3b) as estruturas (12a) e (12b), respectivamente.

A primeira questão que surge então é por que atribuir uma estrutura de pequena oração a (3a,b), quer seja a uma de suas interpretações, quer às duas, se se obtém o resultado desejado de modo mais simples e econômico com uma simples estrutura de adjunção? Na verdade o que ocorre é que não há nenhuma razão para a postulação de uma categoria vazia nessas estruturas, além do desejo de expressar a predicação em termos da relação sujeito-predicado. Dado que nada mais leva à existência de PRO nessas estruturas, e que com a distinção entre SN e SD o contraste entre as duas leituras (i.e., suas diferentes relações de predicação) é automaticamente captado, concluo que para (3) uma análise em termos de adjunção é preferível a uma análise em termos de pequena oração.

Mas essa é só uma das desvantagens da proposta de uma estrutura de pequena oração para os adjetivos pós-nominais do inglês e do português. Consideremos outros problemas dela decorrentes.

Um segundo problema é que sob essa perspectiva com pequena oração os adjetivos nessas estruturas constituiriam um domínio de predicação — “PRO-adjetivo”. O problema é que a configuração sujeito-predicado nessas estruturas teria o objetivo de expressar a predicação, mas seriam então redundantes com a expressão da predicação por meio da estrutura de adjunção. I.e., a predicação seria expressa duplamente pelos mesmos constituintes, apesar de o ser de diferentes modos.

Um terceiro problema é que, apesar de o objetivo de expressar a predicação exclusivamente em termos da relação sujeito-predicado ter sucesso em exemplos com adjetivos pós-nominais, essa tentativa falharia na posição pré-nominal, porque então claramente não se tem uma relação sujeito-predicado. Em português, na posição pré-nominal, nem se tem A', mas somente A⁰, como mostrado em (13):

- (13) a. *Um [cheio de lucidez] menino
 b. Um menino [cheio de lucidez]

Portanto, não haveria generalização nessa proposta — ela somente se aplicaria aos modificadores adjetivais do inglês e do português em posição pós-nominal.

Um quarto problema é que essa proposta seria inconsistente com a distinção sujeito/predicado — por exemplo, na sentença *João é um menino cheio de lucidez*, *cheio de lucidez* já é um predicado, e portanto *um menino* é parte dele, mas se se trata *cheio de lucidez* como constituindo um domínio na relação sujeito-predicado, teríamos de tratar *um menino* sob a forma de PRO, como o sujeito de *cheio de lucidez*. Em outras palavras, *um menino* seria tratado como parte do predicado e como (o antecedente de) um sujeito, o que é contraditório. Por outro lado, *cheio de lucidez* seria ao mesmo tempo um predicado total e parte de um predicado.

4 Motivação empírica a favor de uma estrutura de adjunção para os adjetivos pós-nominais

Finalmente, também empiricamente a análise dos adjetivos pós-nominais em termos de adjunção é superior à análise em termos de pequena oração, porque ela consegue explicar as possibilidades de extração dos adjetivos pós-nominais, mas a análise em termos de pequena oração não. Considere-se o contraste em (14)-(15):

- (14) a. Eu comi a goiaba verde.
 b. Eu comi verde a goiaba.
 c. Verde, eu comi a goiaba.
- (15) a. Eu comprei o livro verde.
 b. *Eu comprei verde o livro.
 c. *Verde, eu comprei o livro.

Em (14), o SA *verde* está em adjunção ao SD. Todo o SD é marcado tematicamente por *comer* (esse SD é o complemento desse verbo), e por isso não é uma barreira, e então o SA pode ser extraído. Em (15), o SA está em adjunção ao SN, de modo que se esse SA se deslocar dentro do SD tem de atravessar tanto o nóculo SN quanto o SD. O problema é que esse SN não é marcado tematicamente (ele é somente o complemento *estrutural* de D⁰), e como tal é uma barreira inerente, e então o SD torna-se uma barreira por herança. Portanto, (15b,c) são agramaticais porque o vestígio do adjunto não está sendo regido pelo antecedente, e (14b,c) são gramaticais exatamente porque o vestígio está então sendo regido pelo antecedente e como tal licenciado. Além do mais, o princípio da Subjacência está sendo violado em (15b,c), mas não em (14b,c).

Por outro lado, os exemplos (14) e (15) também constituem evidência a favor de (4b), em contraste com (4a): somente uma proposta com duas projeções máximas pode explicá-los automaticamente. Evidentemente, aos adeptos de (4b) caberia a tarefa de modificar o arcabouço da teoria a fim de que pudesse explicar as extrações de adjetivos de dentro de expressões nominais.

5 Observações finais

Em resumo, de um lado há várias desvantagens em se tratarem os adjetivos pós-nominais como constituindo uma estrutura de pequena oração, e, de outro lado, há várias vantagens em se analisá-los como constituindo uma estrutura estritamente de adjunção: esta perspectiva explica automaticamente sua distribuição, sua semântica e suas possibilidades de extração. Além disso, há motivação independente justificando a expressão de uma proposição em termos da relação argumento-adjunto. Portanto, uma derivação para essa construção a partir de uma estrutura de adjunção sem domínio de pequena oração é preferível a uma estrutura de pequena oração.

Referências**

- ABNEY, S. *Functional Elements and Licensing*. Manuscrito. GLOW. Gerona, Espanha, 1986.
- ABNEY, S. P. *The English Noun Phrase in its Sentential Aspect* 1987. 234f. Tese (Doutorado em Linguística) — MIT, Cambridge, 1987.
- CHOMSKY, N. *Barriers*. Cambridge, MA: MIT Press, 1986a.
- CHOMSKY, N. *Knowledge of Language: Its Nature, Origin, and Use*. New York: Praeger Publishers, 1986b.
- FUKUI, N. *A theory of category projection and its applications*. 1986. 281f. Tese (Doutorado em Linguística) — MIT, Cambridge, 1986.
- KATO, M. A. Sujeito e tópico: duas categorias em sintaxe? *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 17, Unicamp, Campinas, p.109-132, 1989.

**Nota das editoras: O texto reproduzido neste *Caderno* segue fielmente o manuscrito de Lobato, com a observação de que as referências bibliográficas listadas pela autora foram completadas por nós, pois o texto original trazia apenas o nome do autor e a data da publicação. Por esse motivo, tivemos algumas dúvidas em identificar ao certo algumas publicações citadas por Lobato. Explicaremos a seguir os problemas que encontramos em cada caso e a solução adotada por nós. No texto original, consta uma citação a Abney (1986), mas acreditamos que a autora tenha se referido à tese do autor, defendida em 1987, apesar de haver também uma apresentação do autor do ano de 1986. Por essa razão, optamos por citar os dois trabalhos nas referências bibliográficas. Situação semelhante ocorre com as citações aos trabalhos de Chomsky (1986) e Stowell (1987) no texto original: visto que cada uma dessas citações remete a mais de uma possibilidade de referência, optamos por incluir as prováveis obras que Lobato poderia estar mencionando em cada caso. Há também uma citação a Kato (1989) no texto original que nos deixou com certas dúvidas, pelo fato de o texto mencionado não trazer as estruturas em discussão. A esse respeito, decidimos incluir na lista de referências o trabalho de Kato compatível com o ano de publicação citado, embora o tipo de oração mencionado no manuscrito (*small clause*) conste em outras publicações. Assim, para conhecimento do leitor, incluímos nas referências também uma publicação mais recente de Kato, a respeito das *small clauses* no PB, Kato (2007).

KATO, M. A. Free and dependent small clauses in Brazilian Portuguese. *DELTA*, v. 23, n. especial, p. 85-111, 2007.

STOWELL, T. *Null operators and the theory of proper government*. Manuscrito. UCLA, California, 1987a.

STOWELL, T. *Small Clause Restructuring*. Manuscrito, 1987b.